



A liberalização da agricultura

Em anos recentes, a política agrícola nos Estados Unidos teve uma reviravolta, com os subsídios generosos concedidos pelo Congresso. Na condição de maior exportador mundial, é uma posição contraditória para o país insistir em reformas nos países membros da Organização Mundial do Comércio. O modelo adotado pela Nova Zelândia e Austrália mostra os benefícios das políticas liberais aplicadas na agricultura.

Em julho de 2002, a administração Bush apresentou proposta para a OMC no sentido de melhorar o acesso global para as exportações agrícolas. A sugestão era de reduzir os subsídios domésticos e as tarifas em até 25%. Uma meta ambiciosa, que, diante dos excessos praticados pelos norte-americanos, afeta a sua credibilidade. Neste mesmo ano, os subsídios do Farm Bill cresceram em 70%. Mais de um quarto da renda agrícola dos EUA e um terço da produção plantada depende das exportações.

Como a média global das tarifas e barreiras permanece elevada, acima de 60%, acordos para reduzi-las ajudam a abrir mercado. O México seguiu essa receita como país membro da North American Free Trade Agreement (NAFTA), ao eliminar

15% das tarifas para o gado, 20% em carnes resfriadas e 25% em carnes congeladas.

Os próprios EUA seriam afetados pela sua proposta. As tarifas nas importações de amendoim teriam de reduzir de 140% para 25%. Os subsídios domésticos anuais seriam encolhidos de US\$19 bilhões para US\$10 bilhões.

FARM BILL

Os agricultores norte-americanos foram beneficiados com ganhos de 70% em subsídios, em comparação com o começo dos anos 90. Cerca de 10% deles, com renda média anual superior a US\$250 mil, consumiram três quartos desses fundos. Números do Departamento de Agricultura dos EUA apontam que, em 1999, aproximadamente 47% dos recursos concedidos foram dirigidos a propriedades comerciais com renda anual de US\$135 mil.

Durante a Grande Depressão, na década de 1930, os agricultores receberam muita assistência dos programas do governo federal. Em 1996, com a lei do Freedom to Farm, o plano foi tornar os agricultores menos dependentes dos subsídios. Com os excessos de produção e os baixos preços registrados no final

dos anos 90, o Congresso autorizou uma série de concessões para o setor. A Agricultura cresce alimentada por subsídios, e o consumidor não participa dessa equação.

O programa de subsídios no açúcar é um exemplo notório de que, mesmo com a intenção de promover o comércio, os produtores domésticos recebem preços quase três vezes superiores aos do mercado internacional. Ao invés de usar a União Européia para sustentar suas políticas de subsídios, os EUA deveriam olhar com maior carinho e referência os caminhos adotados pela Nova Zelândia e Austrália.

NOVA ZELÂNDIA E AUSTRÁLIA

Nos anos 80, os dois países adotaram uma política de reforma radical. Ambos os países começaram a adotar políticas de subsídios para a agricultura no início da década de 60, que perduraram até 1984, quando foi anunciada a sua eliminação. O processo foi rápido e, em 1987, já não existia mais.

Em 1984, a política de subsídios chegou no seu pico, na Nova Zelândia, com uma participação de 30% na produção. De acordo com a Federated Farmers of New Zealand, aproximadamente 40% da produção de carne eram subsidiados. O país era mais dependente de subsídios do que os EUA são atualmente. Para sobreviver aos cortes nos subsídios, os agricultores reduziram despesas, compravam apenas o essencial e orientaram suas decisões conforme a demanda de mercado.

Muitos agricultores australianos desenvolveram novas explorações, tais como vinho, carne de veado e leite. Ao mesmo tempo, diminuíram o rebanho de ovelhas, enquanto aumentavam o bovino. Os fornecedores de insumos e máquinas tiveram de baixar os preços. As compras obedeciam aos rigores de custo e benefício. De cerca de 8000 agricultores, apenas 800 deles, menos de 1%, conseguiram sobreviver.

Na Austrália, os agricultores tomaram o rumo da diversificação, de

acordo com as suas vantagens comparativas, sem levar em conta os cheques recebidos pelo governo. Trigo, gado e madeira tiveram incremento junto com outras alternativas mais adequadas às condições nacionais. Apenas aquelas três atividades tiveram uma queda na participação nas exportações do país, de 55%, durante 1989 e 1990, chegando a 38%, em 2000 e 2001. Enquanto isso, a participação de produtos como algodão, vinho, frutos do mar, lácteos, arroz, frutas e vegetais subiu de 17% para 38%.

A situação atual nos EUA está em nível similar à da Austrália, nos anos 80. Os subsídios normalmente se concentram nas propriedades maiores. Essa tendência distorce o mix de insumos empregados nas unidades produtivas, pois as tomadas de decisão sofrem a influência do tamanho da assistência recebida, e não de critérios da produção comercial.

Enquanto Austrália e Nova Zelândia tomaram outros caminhos, os EUA continuam a perseguir medidas sustentadas por subsídios. Nos países da Oceania, o setor ajuda o crescimento da economia e proporciona mais benefícios ambientais, com o uso mais eficiente de terra, irrigação e fertilizantes.

PRÓXIMOS PASSOS

A reunião ministerial da OMC, em Hong Kong, durante dezembro, não trouxe muita esperança de uma reforma na agricultura nos países desenvolvidos, em curto prazo. Os EUA acenaram com uma posição mais agressiva em relação à União Européia, mas precisarão dar o próprio exemplo. A sua agricultura precisa depender menos dos apoios governamentais.

O sistema corrente enfatiza a produção voltada à obtenção de subsídios, não orientada para o mercado de consumo e a atração de consumidores. Como Adam Smith notava, *"no sistema mercantilista, o interesse do consumidor é constantemente sacrificado, em favor da produção. Os ob-*

jetivos finais são a indústria e o comércio, e não o consumidor". As tarifas e os subsídios mantêm os preços artificialmente altos para os consumidores precisarem pagar.

Embora a proposta dos Estados Unidos na OMC seja um passo positivo, muito mais necessita ser feito. A administração Bush e o Congresso precisam liderar a implementação interna antes de perguntar ao resto do mundo se desejam aceitá-las. Para ter credibilidade e expandir os mercados de exportação, deveriam levar adiante as seguintes ações:

- Colocar emendas na Farm Bill para reduzir subsídios, conforme os modelos de reforma aplicados pela Austrália e Nova Zelândia;
- Remover as tarifas de importa-

ções para centenas de produtos agrícolas;

- Com menores tarifas e subsídios, pressionar os demais membros da OMC a seguirem o mesmo caminho.

Como maior exportador mundial de produtos agrícolas, os EUA devem liderar o processo de reforma nas políticas de subsídios e de tarifas no setor. Apesar de ser politicamente difícil e de enfrentar a força dos *lobbies* agrícolas, a agroindústria norte-americana será fortalecida com mais prosperidade, menores preços aos consumidores e mais alternativas de crescimento. Além disso, dará mais credibilidade em sua participação global, além de oferecer uma posição mais favorável nas negociações internacionais. ■

O lobby rural nos Estados Unidos

O National Cotton Council (NCC) está extremamente desapontado com a declaração aprovada pelos participantes da Conferência Ministerial concluída no final de 2005. A entidade aponta que seu texto não está consistente com o simples conceito de compromisso com a agricultura. Ao mesmo tempo, estabelece precedente imprudente para negociações comerciais na OMC.

Existe um afrouxamento completo nos consensos, quando sugere rápidos cortes nos recursos de apoio à agricultura dos EUA e da UE, para dar acesso de preferência aos produtos dos países em desenvolvimento. Também elimina as exportações subsidiadas de algodão antes de a implementação do período de acordo ter iniciado. Para a indústria do algodão norte-americana, será uma concessão unilateral sem nada em troca.

Estudos encomendados pela NCC junto às organizações de prestígio acadêmico internacional concluem que o programa do algodão nos EUA não é responsável pela pobreza da África. Há uma ignorância com relação à importância de aumentar o consumo interno nos países em desenvolvimento e à complicada realidade do mercado mundial de fibras e têxteis.

Outro argumento é de que a cotonicultura norte-americana não foi consultada para aceitar o tratamento injusto e desigual da Rodada de Doha, segundo a NCC. A retomada das negociações somente logrará sucesso completo se trouxer benefícios para todos os agricultores.

Países do oeste africano não são levados em conta, no caso de requererem mais algodão importado, para facilitar o acesso a seus mercados. É uma concreta evidência de que a controvérsia tem como enfoque o algodão dos EUA, e não os produtores africanos. O acesso dos países em desenvolvimento na área têxtil norte-americana corresponde a um mercado anual de 6 milhões de fardos. China, Índia e Paquistão consomem 70 milhões de fardos por ano. Não há nenhum registro sobre como melhorar o acesso do algodão dos EUA, enquanto a China, maior produtora e importadora mundial de algodão, receberá tratamento especial, como recente membro da OMC.